

BOLETIM DE GREVE

2024 - Edição: 4



sindsifce.com.br



@sindsifce



GREVE 2024

A seguir, reproduzimos posicionamento da DIREÇÃO NACIONAL DO SINASEFE sobre os fatos recentes da negociação, notadamente a assinatura de acordo entre o governo e a Proifes. Confira.

A GREVE CONTINUA E SERÁ FORTALECIDA



O governo Lula começou a semana querendo destruir a nossa greve. A narrativa usada: a Proifes, entidade cartorial criada para trair a classe trabalhadora, assinou um acordo hoje (27/05) e com isso 'não teríamos mais o que fazer'. Do ponto de vista jurídico, o SINASEFE vem tomando todas as medidas necessárias e seguirá disputando todos os instrumentos cabíveis na esfera legal. Contudo, a maior disputa se dará no campo político, pois é a luta organizada da categoria que definirá o peso da assinatura do referido 'acordo'.

Nosso desafio agora é resistir à ofensiva do governo com a sua intransigência, algo que não aconteceu em 2012 e em 2015. No entanto, desta vez o governo cometeu um ato falho: ele partiu para essa linha de enfrentar e desmontar a nossa mobilização no momento em que nossa greve está forte, inclusive, nos locais onde, virtualmente, a pseudoentidade signatária do acordo teria organização. Nos cinco locais que eles "dirigem" a greve vai continuar, os comandos de greve criados pela categoria vão manter a greve!

Esse cenário nos coloca em uma situação diferente dos anos de 2012 e 2015. O governo errou a mão, errou

feio! A vitória de hoje não foi pequena: o governo recuou do que seria uma cerimônia de assinatura organizada e agendou uma reunião para na segunda-feira (03/06). Ainda que afirmem previamente que não vão ceder, eles já cederam ao agendar a nova rodada.

Você, trabalhador(a) em greve, acha que se a gente manter essa greve forte crescendo, radicalizando, fazendo avançar essa mobilização, o governo vai chegar segunda (03/06) e dizer que não tem nada para a categoria? Tudo dependerá da nossa força, da nossa vontade de lutar.

Logo, é preciso reafirmar que do ponto de vista jurídico, não existe justificativa de parar a greve por causa da assinatura do Proifes. Qual é o papel deles? É fazer exatamente isso que estão fazendo: na hora do enfrentamento, assinam papéis e tentam desmoralizar as ações de luta que a categoria protagoniza.

Deste modo, seguindo o que deliberamos na 191ª PLENA, vamos manter e avançar na greve. Como fazer isso? Discutindo em nossas assembleias a necessidade imperiosa de radicalizar nossas ações: manter nosso locais de trabalho parados,

zerar furos de greve, atividades não essenciais que, porventura, possam estar acontecendo ainda.

Faremos no dia 3 de junho um Dia Nacional de Luta da Educação Federal e, até lá, devemos procurar as(os) parlamentares que dizem estar ao nosso lado, a fim de que atuem nesse processo, cobrando ao Governo e à ministra Ester Dweck que intervenham com Feijão, pressionando pela negociação legítima.

Essa greve vai crescer ainda mais! Fizemos bonito na nossa plenária: ao rejeitarmos a proposta do governo e apresentarmos uma contraproposta da categoria, o Governo não pode

nos chamar de 'intransigentes'. Neste momento, contamos com mais de 560 unidades (campi e reitorias) em greve em todo o território nacional, ratificando a extensa pauta de reivindicações que vai desde a recomposição das perdas salariais de Docentes e TAEs, reestruturação de carreiras, recomposição do orçamento da Rede Federal de Educação e revogação de medidas tomadas nos governos anteriores que precarizam o funcionamento da Rede e as condições de trabalho e estudo. Vamos seguir em mobilização e fortalecer a greve da Educação federal!

DIREÇÃO NACIONAL DO SINASEFE

ASSEMBLEIA MULTIMCAPI - GREVE NO IFCE CONTINUA APÓS REJEIÇÃO UNÂNIME DE PROPOSTA DO GOVERNO



Os docentes e técnicos administrativos (TAEs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) decidiram, por unanimidade, rejeitar a última proposta apresentada pelo governo federal. A decisão foi tomada durante uma Assembleia Geral Ordinária, realizada simultaneamente em Fortaleza e em outros 20 campi do IFCE, confirmando a continuidade da greve que já se estende por várias semanas. Este resultado reflete o descontentamento geral da categoria com as condições oferecidas, que são consideradas insuficientes para atender às reivindicações dos trabalhadores.

A Assembleia, que ocorreu de forma multicampi e presencial na Reitoria do IFCE, teve como pautas principais, análise de conjuntura, análise das propostas para TAEs e docentes e a retirada de delegados e observadores para a 191ª Plenária Nacional do SINASEFE, que ocorreu no último domingo, 26. Durante a Assembleia, foram apresentados os resultados das últimas mesas de negociação.



A proposta dos servidores do IFCE inclui um reajuste escalonado para os próximos três anos, incluindo 2024. Para os docentes, a proposta é de um aumento de 3,5% em 2024 (recomposição da inflação de 2023), 9% em 2025 e 7% em 2026, além de exigências como a revogação da Portaria 983 e a garantia da não redução nos steps de progressão salarial.

Para os técnicos administrativos, a proposta é de um aumento de 4,5% em 2024, 11% em 2025 e 11% em 2026, com correlações específicas (A - 40%, B- 40%, C- 61%, D - 61%) e a garantia do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), step de 4,7% e Teto do E - 23 469,9. Os custos totais dessas demandas foram estimados em R\$ 9,6 bilhões.

A proposta foi apresentada na 191ª Plenária Nacional do SINASEFE, pelos representantes escolhidos: Cezar Amario, Barbara Luana Sousa Marques, Valmir Arruda de Sousa Neto, Maria Cleide da Silva Barroso, Lidia Farias Lima, Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira, Francisco David Anderson Rodrigues Ribeiro, Priscilla Uchoa Martins, Samoel Rodrigues da Silva, Lourdes Rafaella Santos Florencio, Natalia Ayres da Silva, Jenniffer Karolinny de Araujo Dantas, Iziane Silvestre Nobre, Josicleia Vieira de Abreu do Vale, Francisco Edinaldo Diniz da Costa, Cicero Lima de Almeida, Cesar Augusto Sandalla Pinto.

Os servidores do IFCE mantêm a posição de que a paralisação só será encerrada com a assinatura de um termo de acordo que contemple suas principais reivindicações, recusando terminantemente as ameaças e ultimatos do Executivo.

A greve no IFCE é parte de um movimento mais amplo que envolve várias instituições federais de ensino no país, refletindo uma insatisfação crescente com as políticas de remuneração e condições de trabalho impostas pelo governo. As negociações continuam!

CARREIRA TAE: NOVA RODADA DE NEGOCIAÇÃO NÃO APRESENTA AVANÇOS SIGNIFICATIVOS

A 5ª Reunião da Mesa Específica e Temporária da Carreira de Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) foi realizada no último dia 21/05. Ignorando as indicações do GT que contou com a participação dos sindicatos, do MEC e do MGI, a nova proposta apresentada seguiu desrespeitado os trabalhadores.

A proposta do sindicato nacional para reestruturação do PCCTAE foi protocolada ainda em 2023, há 295 dias. A reunião relativa à carreira docente aconteceu em 15/05, também sem avanços significativos.

Na última rodada de negociação, o governo apresentou uma contraproposta que inclui um aumento de 1,5% na recomposição salarial, elevando o índice para 5% em 2026. Além disso, propôs um aumento de 1% na correlação para o nível D. Apesar das novidades, a proposta ainda é considerada insuficiente para atender às demandas da categoria.

O Governo Federal apresentou a seguinte proposta (em resumo):

- **Lateralização da malha salarial/tabela;**
- **Proposta de reajuste de 9% para janeiro de 2025 e 5% em maio de 2026 – manutenção da ausência de reajuste para 2024;**
- **Manutenção das 5 classes, com porcentagens de remuneração referenciadas no nível E1, da seguinte forma: nível A 35%; nível B 40%; nível C 50%, nível D 61%;**
- **Discussão com MEC da concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) aos TAEs.**
- **Manutenção dos steps em 3,9%.**

Diante do impasse, as entidades da Educação Federal unificaram as ações buscando fortalecer a mobilização da categoria. O objetivo é pressionar o governo a apresentar propostas mais consistentes e que atendam às necessidades dos trabalhadores. A greve conta com o apoio da opinião pública e segue firme na luta pela valorização dos trabalhadores e melhores condições de trabalho.

Enquanto o governo sinaliza compromisso com metas fiscais para o sistema financeiro, as propostas apresentadas para os servidores públicos da Educação Federal são consideradas inconsistentes. A categoria critica a disparidade entre os reajustes concedidos a outras áreas do funcionalismo público, como segurança pública, e os valores propostos para a Educação.

A categoria ressalta a necessidade de solucionar os problemas na estrutura do Plano de Carreira, Cargos e Titulação (PCCTAE), que causam injustiças e impactam negativamente tanto os trabalhadores ativos quanto os aposentados.

Os técnicos-administrativos exigem a continuidade das negociações e que o governo apresente propostas mais abrangentes que atendam à totalidade da pauta. O PCCTAE seja incorporado ao orçamento como política de estado para valorização da educação federal.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DEBATEM GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL; COMANDO DE GREVE DO SINDSIFCE PARTICIPOU DOS ENCONTROS

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública no último dia 22, às 14 horas, em apoio à mobilização nacional dos servidores públicos em educação. O debate foi realizado no plenário 15. Lídia Farias, Dirigente do SINDSIFCE e membro do Comando de Greve, participou do encontro. A audiência foi proposta pela deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP). Ela lembra que, no mesmo dia, em Brasília, acontecia a Marcha da Classe Trabalhadora, reunindo servidores públicos de todo o Brasil, inclusive os da educação.

"Trata-se de mobilização da classe trabalhadora para apresentar ao Congresso Nacional uma agenda que promova o pleno emprego, salários mais justos e um desenvolvimento econômico e social para o País", explica Luciene.

No dia seguinte, 23/05, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados discutiu a situação das negociações entre o governo e servidores federais da Educação para o reajuste salarial da categoria. A audiência pública foi realizada no plenário 10, durante a manhã.

Priscilla Uchôa e Artemis Martins, do Comando de Greve do SINDSIFCE, acompanharam o debate. O debate foi uma iniciativa da deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP). Ela lembra que servidores de



universidades e institutos federais estão em greve há mais de um mês em busca de reposições de perdas salariais.

"Outros motivos da paralisação são as legítimas lutas contra a precarização das condições de trabalho e o subfinanciamento das universidades", afirma.

EM BREVE, AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO TAMBÉM DEBATERÁ A GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL

Após solicitação da Diretora do SINDSIFCE, Lídia Farias, em uma longa articulação com o TAES NA LUTA, o Senador Flávio Arns (PSB), incluiu na pauta e aprovou, durante reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, o requerimento 46/2024, que propõe a realização de uma audiência pública para debater a greve dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e dos Professores das universidades e institutos federais.

A decisão foi tomada durante a 27ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, realizada na última terça-feira, 21/05. O Senador Flávio Arns, presidente da Comissão, ressaltou a importância da audiência para o debate amplo e democrático da situação. "Há um anseio muito grande da sociedade, já que a greve se estende por um período considerável. Através da audiência pública, poderemos, como Comissão de Educação, aprofundar o debate com a participação da sociedade civil, buscando soluções para o impasse", disse.

A data indicativa para a audiência pública foi definida para o dia 5 de junho, às 14 horas. O local e demais detalhes da audiência serão divulgados em breve.

CARAVANA DO CEARÁ SE UNE AO GRANDE ATO DA EDUCAÇÃO FEDERAL EM BRASÍLIA

No contexto da Jornada de Lutas da Educação Federal, que aconteceu nos dias 21 e 22 de maio, a base do SINDSIFCE se uniu a milhares de trabalhadores de todo o país em um grande ato em Brasília. A mobilização histórica teve como objetivo pressionar o governo federal a atender às reivindicações da categoria.

No dia 21 de maio, mais de 40 seções sindicais do SINASEFE, incluindo o SINDSIFCE, chegaram à capital federal. A concentração, da primeira agenda da Jornada, aconteceu em frente à Catedral Metropolitana, que seguiu em grande passeata até o Bloco C da Esplanada dos Ministérios, sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), onde ocorreria a mesa de negociação TAE.

O ato público contou com a presença, ainda, de representantes do Andes-SN e da Fasubra Sindical, demonstrando a união da Educação Federal na luta por seus direitos.

organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Essa marcha trouxe para Brasília mais de 15 mil trabalhadores e trabalhadoras, fortalecendo os movimentos sociais, construindo uma agenda que garanta desenvolvimento social, econômico, empregos, salários decentes para todas.

A marcha foi um momento histórico de união e luta da classe trabalhadora brasileira. A Jornada de Lutas foi um sucesso, demonstrando a força e a determinação da Educação Federal na luta por seus direitos.



A participação da base do SINDSIFCE foi fundamental para fortalecer a mobilização e pressionar o governo por soluções concretas.

No dia 22 de maio, a Jornada de Lutas culminou na grandiosa Marcha da Classe Trabalhadora,

Escaneie o QR Code ao lado e fique por dentro de todas as notícias sobre a Greve.



ARTIGO

NA DIFÍCIL SINFONIA DA NEGOCIAÇÃO, UM MAESTRO DO CAOS: PROIFES

Greve forte e com grande adesão e potencialmente capaz de fazer história: essa é a greve de 2024 da educação federal.

Não há outra música, senão essa. Não há outra forma de harmonizar as melodias, senão a união.

Ao longo de 2023, até chegarmos aqui, em 2024, o SINDSIFCE, juntamente com o SINASEFE Sindicato Nacional, esteve na luta, ajustando os instrumentos, escrevendo cada letra a ser negociada, nessa complexa orquestra que são as necessidades daqueles que fazem a educação federal no Brasil.

Mas, e quando um Sindicato se torna o maestro da discórdia, sabotando as negociações e mergulhando a classe trabalhadora em um mar de incertezas?

Enquanto os trabalhadores da educação clamam por melhores salários, condições de trabalho dignas e respeito, o PROIFES, também conhecido como TRAIRES, nos corredores do poder, vendem a nossa luta; uma cacofonia de vozes discordantes.

A sede pelo poder transforma, amplia as vaidades, ambiciona e nos coloca para assistir um show de horrores, onde os únicos derrotados são os próprios trabalhadores.

Mas há força, há luta, há verdade e há esperança.

Agora, é o momento do diálogo aberto e transparente, independentemente de suas categorias ou filiação sindical ou convicções políticas. É preciso superar as rivalidades históricas e construir pontes de colaboração.

Então, que os maestros da discórdia cedam lugar aos maestros da união! Que a sinfonia da discórdia se transforme em uma melodia de esperança! Que os sindicatos, unidos e fortes, lutem por um futuro melhor para todos os trabalhadores!

A greve tá mais viva do que nunca e está em nossas mãos! Ligue essa música! Faça se escutar! Vamos em frente! A greve continua!



**Valmir Arruda - Coordenador Geral do SINDSIFCE,
Professor de Educação Física no Campus Canindé,
Doutor em Ed. Física/UNB.**